

A assunção dos duartinos: Pereira da Costa e a conquista da capitania de Pernambuco

ALEDSON MANOEL SILVA DANTAS*

Não existem grandes diferenças entre as principais versões sobre a conquista da capitania de Pernambuco e sobre quais teriam sido os primeiros povoadores, as famílias mais ilustres e as principais personagens. Muitos aspectos interessantes podem ser levantados, tendo como ponto de partida estes temas. Este artigo pretende discutir não as pequenas variações ou a veracidade histórica de alguns relatos. Pretende-se entender como ocorreu a formação de um verdadeiro “panteão” de indivíduos, que são considerados como os primeiros povoadores da capitania de Pernambuco, entendendo-a como uma construção historiográfica. Para cumprir tal intuito, serão analisadas algumas publicações do Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico Pernambucano (IAHGP); a parte da obra de Francisco Augusto Pereira da Costa, importante intelectual vinculado ao IAHGP, na qual descreve como teria ocorrido a conquista de Pernambuco; e a obra *Nobiliarquia Pernambucana*, escrita por Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca, um militar e genealogista que viveu no século XVIII. O trabalho que se segue é, praticamente, uma crítica documental, tendo em vista a avaliação da credibilidade de algumas fontes, no sentido da possibilidade da utilização como fonte primária ou não a obra de Pereira da Costa e as suas fontes. Pretendia-se fazer outro tipo de trabalho, mais voltado para a reconstituição de grupos sociais e a análise de disputas por cargos, honras e mercês no período colonial. Contudo, foi constatada durante a pesquisa uma relação de paralelismo entre o século XVI, período da conquista, e o século XIX, período inicial da produção intelectual do IAHGP. Os descendentes das famílias que desbravaram no início do povoamento a capitania de Pernambuco eram não por acaso as que estavam à frente do IAHGP, buscando estabelecer uma relação de ancestralidade, desde os primeiros tempos da povoação.

Pereira da Costa e o início da colonização em Pernambuco

A historiografia que se ocupa em trabalhar o início do povoamento de Pernambuco comumente denomina o grupo que teria iniciado o processo de colonização de *Duartinos* que,

* UFRN, bolsista de iniciação científica-REUNI. Orientadora: prof. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal.

de acordo com Evaldo Cabral de Mello, pode ser entendido como o conjunto de colonizadores fixados na capitania durante o governo de Duarte Coelho e de sua viúva, dona Brites de Albuquerque (1535-1560) ¹ (MELLO, 1984: 146). A análise contida neste artigo, todavia, não contemplará todo o grupo Duartino. O trabalho concentra-se na parte considerada de maior prestígio. Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), no primeiro volume dos *Anais Pernambucanos*, fez uma importante descrição deste conjunto, denominado por este autor de “primeira plana social da colônia”, escrevendo de uma maneira a dignificar os primeiros povoadores de Pernambuco (COSTA, 1983:179) ².

Duarte Coelho teria vindo para a sua capitania donatária em 1535. Desembarcou no rio Igarassú, erguendo marcos onde havia uma feitoria para comercialização de pau-brasil e uma fortaleza de madeira, cuja localização marcaria a divisão entre a capitania de Pernambuco e de Itamaracá. No local onde ficava a feitoria, mandou o donatário erigir a vila de Igarassú, tendo sido encarregado para esta tarefa o vianês Afonso Gonçalves, um “companheiro de jornadas nas Índias de Duarte Coelho” (COSTA, 1983: 171).

Afonso Gonçalves foi um dos que teriam sido trazidos pelo primeiro donatário de Pernambuco no século XVI. Pereira da Costa, inspirado pelos trabalhos de Frei Vicente de Salvador, afirma que Duarte Coelho teria desembarcado na América Portuguesa com uma “grossa armada trazendo sua mulher D. Brites de Albuquerque e seu cunhado Jerônimo de Albuquerque”. Tendo fundado Igarassú, em 1535, mandou trazer seus parentes de Viana,

que tinha muitos e muitos pobres, os quais vieram logo com suas mulheres e filhos e começaram a lavrar a terra entre os mais moradores, que já havia plantado mantimentos e cana-de-açúcar, para o que começara já o capitão a fazer um engenho (COSTA, 1983: 171).

Pereira da Costa continua narrando os primeiros feitos do capitão donatário. E, na descrição dos fatos, é perceptível a sua preocupação em demonstrar a honestidade e a nobreza do grupo de primeiros povoadores e as suas ações de conquista.

Seguindo a narrativa, Pereira da Costa conta que, a uma légua de distância, em direção ao sul da vila de Igarassú, Duarte Coelho e seus companheiros tiveram de expulsar os habitantes de

¹ *Duartinos* teria sido uma expressão cunhada por João Fernando de Almeida Prado, que escreveu, entre outras obras, *Pernambuco e as capitanias do norte do Brasil* (1939) e *Primeiros povoadores do Brasil* (1935).

² As citações feitas aos *Anais Pernambucanos* referem-se todas ao volume 01 da obra.

uma “abastada aldeia, que depois de larga resistência, combates e pelejas, foram vencidos” (COSTA, 1983: 171). Com essa ação, o perímetro ao redor da vila recém-fundada estaria mais seguro. Havia, entretanto, mais a ser feito.

Entre os moradores que estavam na América Portuguesa, antes da chegada do donatário de Pernambuco, havia o grupo dos degredados, um tipo social do qual a presença era particularmente incômoda ao donatário. Segundo Pereira da Costa, Duarte Coelho teria escrito ao rei de Portugal cartas que denunciavam os danos que a presença de degredados na colônia lhe causava (COSTA, 1983: 179). O autor dos *Anais Pernambucanos* ainda afirma que o “povoamento forçado”, feito por meio da prática do degredo, não teria preponderado em Pernambuco. Além disso, diminuía naturalmente o número deste tipo de condenado,

graças às reclamações do donatário e ao rigor com que tratava esses degredados, afluía espontaneamente, ou a convite do mesmo donatário, grande número de gente honesta e trabalhadora, e ainda mesmo de gente grada e nobre, de cujos nomes e descendências estão cheios os quatro volumes in fol. da Nobiliarquia Pernambucana de Borges da Fonseca, e que constituíram em boa parte os elementos de população da colônia, sobre os quais, assim se expressa o autor de Diálogos das grandezas do Brasil, escritos em 1618 (COSTA, 1983: 179).

De fato, em carta datada de 1546, Duarte Coelho afirma que os degredados eram de “pouco serviço de Deus e de Vossa Alteza e do bem e aumento desta Nova Lusitânia”. O donatário jurara ao rei que os condenados “nenhum fruto nem bem fazem na terra, mas muito mal e dano, e por sua causa se fazem cada dia males, e temos perdido o crédito que até aqui tínhamos com os índios” (ALBUQUERQUE; MELLO, 1997:102).

Estas teriam sido as primeiras dificuldades encontradas por Duarte Coelho, no processo de construção do que chamava de Nova Lusitânia, conforme é possível a verificação pelos *Anais Pernambucanos*.

Francisco Augusto Pereira da Costa nasceu em 1851 e foi funcionário público durante boa parte de sua vida, sendo deputado estadual em 1901 e reeleito para outras legislaturas, até sua morte em 1923. Pereira da Costa teria iniciado na pesquisa histórica, em 1875, ingressando no ano seguinte no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), ano no qual teria iniciado a pesquisa para a elaboração, entre muitos trabalhos, dos dez volumes dos *Anais Pernambucanos*, obra que escreveu até 1922, quando foi aprovada a sua publicação.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Efetivamente, os *Anais* somente começaram a ser publicados, volume por volume, a partir de 1951, por iniciativa de Jordão Emerenciano, diretor do Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

O período de produção de Pereira da Costa, entre as décadas de 1870 e 1920, foi um dos mais conturbados da História do Brasil. Coincide com o fim do chamado *Tempo Saquarema* (MATTOS, 1987) e a ascensão política dos grupos republicanos e dos militares, chamados de contra-elite rival à elite civil de formação jurídica (CASTRO, 1995: 51) ou de *Geração de 70* (MELLO, 2008: 18, Apud ALONSO, 2002), que culminou na implantação do regime republicano, em 1889. Economicamente, houve um aumento da importância da grande lavoura cafeeira, sobretudo dos produtores do Oeste Paulista e do Vale do Paraíba. O açúcar e o algodão, principais produtos de exportação das Províncias do Norte, sofriam com as constantes baixas nos preços no mercado externo e com a concorrência estrangeira (MELLO, 1999:16; EISENBERG, 1977:41).

Peter Eisenberg afirma que a zona açucareira do Norte, entre 1840-1910, teria acompanhado o desenvolvimento de Centro-Sul da Nação, com o auxílio governamental, na implantação de tecnologia modernizadora nos engenhos e na ampliação da escala de produção. Porém, fazendo-se uma comparação com a zona cafeeira, as regiões produtoras de açúcar permaneceram em estado de estagnação (EISENBERG, 1977:41). O decréscimo da importância econômica foi acompanhado de uma diminuição da força política das elites proprietárias de terra do Norte em relação ao governo central. Estas elites reagiram a esta perda de influência afirmando, por meio de um discurso pautado na vitimização e na reafirmação de seu grupo, frente às desigualdades regionais cada vez mais acentuadas (SILVEIRA, 1984: 135-192). No discurso político oficial, Rosa Maria Godoy da Silveira cita uma fala de um senhor de engenho da década de 1880. Este proprietário afirma que, no Norte,

ressalta-se o espírito de pernambucanismo, eivado de tradição, de generosidade, de independência [...] superiores em civilização a outras províncias do Império [...] e superiores em qualidade produtivas às do sul (SILVEIRA, 1984: 154).

Em 11 de outubro de 1861, o editorial do *Diário de Pernambuco*, propôs a questão seguinte: “teremos nós uma história propriamente nossa, propriamente pernambucana?”. Segundo Leonardo Dantas da Silva, Pereira da Costa foi aquele que teria tomado para si tal tarefa.

Entende-se que a produção intelectual do IAGHP está ligada aos esforços de um grupo de políticos pernambucanos de empreenderem uma reafirmação de sua influência no cenário nacional. Segundo Lilia Schwarcz, este instituto, que foi fundado em 1862, respondia “às aspirações políticas e culturais da província pernambucana, que pretendia manter sua hegemonia ao menos no interior da região nordestina (SCHWARCZ, 1993: 118).

Existe um paralelo interessante entre a Conquista da Capitania de Pernambuco e a relação dos primeiros povoadores elaborada por Pereira da Costa e a realidade na qual escreveu que será demonstrado a seguir.

Gente honesta e trabalhadora e gente grada e nobre

Estes dois tipos de “gente” constantes no título desta parte são citados por Pereira da Costa como aqueles que foram trazidos a pedido de Duarte Coelho a Pernambuco. É clara a preocupação deste autor em demonstrar, principalmente no primeiro volume dos *Anais Pernambucanos*, que preponderou no povoamento da capitania de Pernambuco a vinda de pessoas de bom procedimento e nobres. Isto pode ser percebido em uma passagem transcrita anteriormente. Nela, os condenados ao degredo eram alvo de reclamações do donatário, que os tratava com rigor. Afluía de uma forma natural, “a convite do donatário, grande número de gente honesta e trabalhadora, e ainda mesmo de gente grada e nobre” (COSTA, 1983: 179). Quem eram essas pessoas segundo Pereira da Costa?

Alguns aspectos são sempre salientados por Pereira da Costa, na descrição destes nomes: eram pessoas de “elevada hierarquia” e teriam instalado-se com suas famílias e com dinheiro próprio. Recebendo sesmarias “de perpétua propriedade”, empregavam os seus cabedais na construção de engenhos, na exploração de pau-brasil e “outros gêneros de especulações fáceis”. Esta seria a “primeira plana social da colônia” (COSTA, 1983:151).

Então, para fornecer uma “ideia da natureza da gente que veio estabelecer-se na nascente colônia”, Pereira da Costa cita alguns nomes. Dos que acompanharam Duarte Coelho pessoalmente, fora a sua “grossa armada” (COSTA, 1983:171), o autor apresenta dez nomes (Ver quadro 01), sendo seis homens e quatro mulheres, os nomes dos primeiros sempre acompanhados de títulos e adjetivos como: fidalgo, “homem muito nobre”, “homem nobre” e “de nobre estirpe”. Havia, neste grupo, três parentes do donatário, segundo Pereira da Costa, além de seu cunhado e de sua mulher, Jerônimo de Albuquerque e D. Brites de Albuquerque,

respectivamente. Quanto à origem, há informação sobre dois deles: um era proveniente da região da Beira, em Portugal, e outro oriundo de Utrecht, nos Países Baixos (COSTA, 1983:148-149).

Excluindo-se Duarte Coelho e sua mulher, o quadro 01 lista os outros nove indivíduos que teriam acompanhado Duarte Coelho, em 1535. Como pode ser observado, houve três casamentos na América Portuguesa, o que é significativo na narrativa, tendo em vista que Pereira da Costa buscou demonstrar como estas pessoas nobres tinham a intenção de perpetuar a sua descendência na capitania de Pernambuco. Destes casamentos, teriam surgido famílias importantes na história da capitania. É interessante notar que três vezes esta lista fecha sobre si mesma: João Gomes de Melo e Arnau de Holanda acompanharam Duarte Coelho com suas futuras esposas, D. Ana de Holanda e D. Brites de Vasconcelos, respectivamente, e Felipe Bandeira de Melo teria vindo para a América com seu irmão, Pedro Bandeira da Melo, acompanhado de sua esposa, Maria Maciel de Andrada. Pereira da Costa afirma que Pedro Bandeira também era casado, mas não menciona se sua esposa teria vindo com o marido ou não (COSTA, 1983:148-149).

Parte desta gente “nobre e luzida”, como afirmado, casou-se na América Portuguesa, dando origem, segundo Pereira da Costa a algumas famílias das mais proeminentes de Pernambuco. João Gomes de Melo casou-se com D. Ana de Holanda em Pernambuco. Deste casamento teriam surgido os “Melo de Trapiche, do Cabo de Santo Agostinho”. Arnau de Holanda, filho do Barão Henrique de Holanda e de Margarida de Florença, casou-se com D. Brites de Vasconcelos. Deste casamento teria surgido os Holanda, família que se entrelaçou com os Cavalcante de Albuquerque. Por último, o caso mais conhecido, Jerônimo de Albuquerque teve uma larga descendência de filhos legitimados, frutos do seu relacionamento com a índia Maria do Espírito Santo Arco Verde. Oficialmente, Jerônimo casou-se com D. Felipa de Melo. Da sua descendência teriam surgido os Albuquerque Maranhão, Albuquerque Melo e Cavalcanti de Albuquerque (COSTA, 1983:148-149).

Quadro 01 – pessoas que acompanharam Duarte Coelho, segundo Pereira da Costa.

NOME	RELAÇÃO COM O DONATÁRIO	CÔNJUGE	LOCAL DO CASAMENTO
Felipe Bandeira de Melo	Parente	Maria Maciel de Andrada	Fora da América Portuguesa

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH BRASIL

Pedro Bandeira de Melo	Parente	Sem informação	Sem Informação
João Gomes de Melo	Sem informação	D. Ana de Holanda	América Portuguesa
Maria Maciel de Andrada	Parente	Felipe Bandeira de Melo	Fora da América Portuguesa
D. Ana de Holanda	Sem informação	João Gomes de Melo	América Portuguesa
Arnau de Holanda	Sem informação	D. Brites de Vasconcelos	América Portuguesa
D. Brites de Vasconcelos	Sem informação	Arnau de Holanda	América Portuguesa
Antonio Bezerra Felpa de Barbuda	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Jerônimo de Albuquerque	Cunhado	D. Maria do Espírito Santo Arco Verde/ D. Felipa de Melo	América Portuguesa

Fonte: COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE – Diretoria de Assuntos Culturais, 1981. v.1. pp. 148-149.

Pereira da Costa segue a sua narrativa apresentando aqueles que se integraram aos considerados primeiros povoadores anos depois. É importante ressaltar que o autor elaborou uma lista de indivíduos, segundo suas próprias palavras, contendo aqueles que poderiam ser citados “preferentemente” (COSTA, 1983:149). Este segundo grupo, Pereira da Costa demonstra-o como sendo também de nobre descendência, mostrando como cada integrante inseriu-se na sociedade da América Portuguesa, nos postos de mando em específico. Todos os indivíduos eram homens (Quadro 2), 12 no total, e tinham como missão integrarem-se às primeiras famílias por meio do matrimônio. Destes, três eram provenientes de Florença, na atual Itália, um de Lisboa e outro de Viana, cidades de Portugal. Cinco indivíduos eram fidalgos, sendo um moço fidalgo, um “de nobre estirpe”, um “de nobre linhagem” e outro de “nobilíssima família” (COSTA, 1983:149).

Quadro 2 – lista de pessoas que vieram depois, citadas por pereira da costa.

NOME	CÔNJUGE	LOCAL DO CASAMENTO
Sibaldo Lins	D. Brites de Albuquerque	América Portuguesa
Cristóvão Lins	Adriana de Holanda	América Portuguesa
D. Felipe de Moura	1ª vez: uma mulher dos Albuquerque 2ª vez: uma mulher dos Cavalcanti	América Portuguesa
João Paes Barreto	Inês de Guardes	América Portuguesa
Francisco Carvalho de Andrade	D. Maria Tavares Guardes	América Portuguesa
Gonçalo Mendes Leitão	D. Antônia de Albuquerque	América Portuguesa
Felipe Cavalcanti	D. Catarina de Albuquerque	América Portuguesa
Bras Barbalho Feio	Uma das filhas de Francisco Carvalho	América Portuguesa

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

	de Andrade	
Álvaro Fragoso	D. Joana de Albuquerque	América Portuguesa
José Peres Campelo	Sem informação	Sem informação
Luís do Rego Barreto	Uma das filhas de Arnau de Holanda	América Portuguesa
Gaspar de Sousa Uchoa	Uma das filhas de Marcos André ³	América Portuguesa

Fonte: Fonte: COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE – Diretoria de Assuntos Culturais, 1981. v.1. pp. 149-150.

Como poder ser observado, todos se casaram, com a exceção de um sobre o qual não há informação, na América. Estava feito o arranjo necessário para a formação das principais famílias de Pernambuco, segundo Pereira da Costa.

Não por acaso, é possível encontrar dentro dos quadros sociais do IAHGP indivíduos com os mesmos sobrenomes daqueles considerados os primeiros povoadores de Pernambuco, nas primeiras décadas de funcionamento do Instituto. Os fundadores, os “cinco pioneiros” do Instituto (Quadro 03), por exemplo, apesar de possuírem origens sociais distintas, possuíam todos formação superior e estavam envolvidos em atividades intelectuais, fossem como profissionais liberais provenientes da Escola de Direito de Recife, políticos ou sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Lilia Schwarcz afirma que o Instituto era uma “espécie de sociedade dos escolhidos”, cujo objetivo era “resgatar fatos e personagens da história local”, valorizando “a imagem das elites agrárias locais” (1993: 119).

Entre as pessoas presentes na primeira sessão é possível verificar os seguintes sobrenomes: Bandeira, Albuquerque, Moura, Melo, Cavalcanti, Acioli, Vasconcelos. Nos anos seguintes, é possível verificar a admissão de figuras como o Barão de Vera Cruz, Manoel Joaquim Carneiro da Cunha e indivíduos de outras famílias importantes como os Rego Barros. Segundo Silveira, é notória a permanência no poder provincial e de representação na Assembleia Geral das famílias Cavalcanti e Rego Barros, em Pernambuco, e a hegemonia da família Carneiro da Cunha na Paraíba. (SILVEIRA, 1984: 143). Não por acaso, o exame da produção histórica do IAHGP, mostra que se buscou a elaboração de uma história pernambucana, tendo em vista a construção de uma continuidade genealógica entre conquistadores do século XVI e as principais famílias do século XIX.

Quadro 03 – os “cinco pioneiros” do IAHGP.

³ Deste indivíduo não existem maiores referências.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

NOMES	FORMAÇÃO	OCUPAÇÕES
Joaquim Pires Machado Portela	Direito	-Político -Diretor do arquivo público -Intelectual
Antônio Rangel Torres Bandeira	Direito	-Político -Intelectual -Sócio correspondente do IHGB
Salvador Henrique de Albuquerque	Não informada	-Professor em Olinda -Autor de livros didáticos
Antônio Vitrúvio Pinto Bandeira e Acioli de Vasconcelos	Direito	-Funcionário público -Intelectual -Jornalista do <i>Diário de Pernambuco</i>
João Soares de Azevedo (português)	História e Filosofia	-Professor.

Fonte: IAHGP. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/fund.php>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

Voltando à obra de Pereira da Costa, tem-se as seguintes questões. Para a elaboração da lista dos primeiros povoadores, o autor utilizou como fonte a *Nobiliarquia Pernambucana*, produzida na primeira metade do século XVIII, de Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, que classifica as famílias como “primeiras povoadoras” as famílias que vieram com Duarte Coelho; “antigas”, as que vieram antes da guerra contra os holandeses; e “modernas”, aquelas que vieram durante a guerra contra os holandeses, ou depois. Pereira da Costa não cita as famílias Marreiros, Barbalho e Novo de Lira, classificadas como “primeiras povoadoras”, por Borges da Fonseca.

Sobre a obra deste autor existe uma aura de grande crônica das principais famílias do Nordeste. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852), em jornal de 1846, zombava das “pretensões a nobreza de algumas famílias da oligarquia pernambucana”, afirmando que se apoiavam em um livro de “folhas arrancadas e outras substituídas” (MELLO, 1986: 149, apud, FREYRE, 1959: 36). Por possuir este caráter aristocrático, de muita importância foi para o IAHGP a aquisição dos escritos de Borges da Fonseca.

José Antônio Gonsalves de Mello fez importante trabalho de cunho investigativo de muitas obras e documentos utilizados como fontes históricas na historiografia brasileira. Nos seus *Estudos Pernambucanos*, entre outras obras, Mello mostra todo o percurso trilhado e todos os esforços do IAHGP para possuir uma cópia da *Nobiliarquia Pernambucana* (MELLO, 1986: 147-194). O autor conta que havia uma antiga cópia dos volumes da *Nobiliarquia*, pertencente ao Abade do Mosteiro de São Bento de Olinda. Ao instituto pernambucano foram cedidos esses livros para que a instituição fizesse uma cópia. Tal tarefa, todavia, não foi realizada de

imediatamente e, no ano de 1875, o Abade doou os volumes ao Arquivo Público do Império, no Rio de Janeiro. O IAHGP tentou reaver a obra, mas não logrou êxito (MELLO, 1986: 150-151).

Posteriormente, o Instituto teria encarregado a Joaquim Cândido da Silveira Carvalho de fazer uma cópia dos livros da Nobiliarquia constantes do Arquivo do Império. O resultado não foi o esperado. Um relatório da comissão responsável pela revisão do documento nomeada pelo Instituto, composta por José Domingues Codeceira e Salvador Henrique de Albuquerque, concluiu, em 20 de abril de 1876, que se podia verificar no trabalho de Silveira Carvalho “erros e saltos imensos, que obrigaram a comissão a suprir estes últimos em meias folhas de papel intermédias”. Sobraram deste trabalho, segundo Mello, apenas os três primeiros volumes dessa cópia, faltando o quarto (MELLO, 1986: 151)⁴.

O Instituto teria descoberto que o Barão de Studart também possuía uma cópia da obra de Borges da Fonseca. Anos depois, em 1890, o IAHGP pediu permissão para tirar uma cópia da *Nobiliarquia* pertencente ao Barão. Segundo Mello, esta cópia teria sido feita por Antonio Cavalcante de Albuquerque Pimentel entre 1891 e 1892⁵, a qual fez, quase em sua totalidade, do original manuscrito, consultando a cópia de 1876 (Cópia A). Sobre esta, Albuquerque Pimentel fez bastantes ressalvas ao seu conteúdo, afirmando que continha diferentes letras, uma “antiga” e outra “moderna”, e indicando enxertos. Isto é um indício das muitas alterações que podem ter sido efetuadas no conteúdo da *Nobiliarquia Pernambucana* (MELLO, 1986: 152-153). De fato, a cópia de 1876 foi conferida por Codeceira e por Pereira da Costa. Entretanto, estes não teriam feito nenhuma anotação ou colocado dúvida acerca da idoneidade do conteúdo.

Em suas anotações, Albuquerque Pimentel conseguiu identificar que as letras “modernas” pertenciam a Salvador Henrique de Albuquerque e a José Domingues Codeceira (MELLO, 1986: 156). Não se pode, contudo, imputar-lhes a acusação de má fé ou de manipulação de genealogias, mas é possível afirmar que se trata de uma história ainda obscura e de difícil entendimento. É difícil julgar qualquer ação de uma forma direta e taxativa. José Antonio Gonsalves de Mello afirma que era de se

estranhar que Codeceira e Salvador Henrique, sócios do Instituto Arqueológico, membros da Comissão revisora da cópia A [de 1876], não só não tivessem tido a

⁴ Esta cópia será identificada daqui em diante como cópia A, ou de 1876.

⁵ Esta cópia será identificada daqui em diante como cópia B, ou de 1892.

precaução de fazer observações que a cópia B [de Albuquerque Pimentel] oferece, como fossem eles próprios responsáveis por alguns acréscimos feitos ao texto original da Nobiliarquia (MELLO, 1986: 157).

Questões como esta são bastante complicadas para serem apreciadas em uma análise inicial. É possível afirmar, entretanto, que talvez haja indícios de manipulação genealógica das primeiras produções do IAHGP das últimas décadas do século XIX. Pereira da Costa participou ativamente das publicações que tinham como temas a elaboração de sucessões familiares e políticas, chegando a publicar partes da *Nobiliarquia Pernambucana*, não se sabe se da cópia A ou da cópia B.

Outro aspecto, mais relacionado ao conteúdo desta obra relativo aos primeiros povoadores é interessante do ponto de vista genealógico e histórico: o caso dos irmãos Lins, Sibaldo e Cristóvão, que teriam se casado com os Albuquerque. Efetivamente, por meio da leitura de uma carta de sesmária doada na região de Porto Calvo, em Pernambuco, é possível afirmar que os irmãos Lins estiveram nesta capitania somente em 1683, mais de 100 anos depois da chegada de Duarte Coelho a Pernambuco. Isto detona uma tentativa de uma construção genealógica centrada em indivíduos considerados de nobre ascendência.

Ressalta-se a importância de dignificar o que seria o início de uma linhagem, tão importante para o IAHGP quanto a expulsão dos holandeses e a Revolução de 1817 (SCHWARCZ, 1993: 123) para afirmação de uma elite que pretendia manter sua hegemonia.

Acredita-se que estas genealogias tinham como objetivo uma criação de uma identidade e uma ideia de linearidade e continuidade familiar com um passado longínquo. Estes esforços estavam dessa maneira ligados à necessidade de reafirmação de um grupo político que acreditava estar sendo desprestigiado. Para tanto, buscou-se construir um elo com um passado dignificante.

Por fim, chega-se à conclusão de que é preciso fazer ressalvas à utilização das obras de Pereira da Costa e da *Nobiliarquia Pernambucana* como fontes primárias, tendo em vista os contextos de produção, as manipulações de conteúdo que teriam ocorrido nos séculos XVIII e XIX e as estratégias de manutenção de *status social* vinculadas diretamente a Pereira da Costa e aos usos e abusos da obra de Borges da Fonseca.

REFERÊNCIAS

Fontes

Publicadas

Costa, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1983, v. 1.

Sesmarias

SESMARIA doada a Sibaldo Lins, Cristovão Lins e Inácio de Azevedo, em 1683. In: Documentação Histórica Pernambucana: sesmarias. Recife: SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA BIBLIOTECA PUBLICA, 1959. p.102-103. V.4

Revistas dos IAHP

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO. Recife, n.1, 1865 [1863].

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO. Recife, n.2, jan.1864.

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO. Recife, n.3, abr. 1864.

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO. Recife, n.4, 1897 [jul. 1864].

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO. Recife, n.5, out. 1864.

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO. Recife, n.6, 1898 [jan. 1863]

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO. Recife, Tomo 4º, n. 29-30, 1977 [2º semestre 1883]. Reedição Fac-similar.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de; MELLO, José A. Gonsalves de. *Cartas de Duarte Coelho a El-Rei*. 2ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997.

ALONSO, Ângela M. *Ideias em movimento: a geração de 70 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade estadual de Campinas, 1977.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*. 2ed. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1999.

_____. Os alecrins do Canavial: a Açucarocracia pernambucana ante-bellum (1570-1630). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. LVII, 1984.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Estudos Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1986.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 26.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 10.^a reimpressão.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. *O Regionalismo Nordestino*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.